



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 407, DE 2010

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 205, de 2010, que solicita ao Ministro de Estado da Previdência Social cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

RELATOR: Senador **MÃO SANTA**

### I – RELATÓRIO

O Senador RAIMUNDO COLOMBO, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 205, de 2010, no qual solicita ao Ministro de Estado da Previdência Social que determine à Superintendência Nacional de Previdência Complementar que encaminhe a este Senado Federal cópia dos relatórios de fiscalização no fundo de pensão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

O autor justifica sua proposição pela necessidade de obter um conjunto de informações que lhe permita exercer adequadamente a competência constitucional de controle externo da empresa pública em tela.

Nos termos do art. 216, III, do RISF, e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

## II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, determina que os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora e que não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

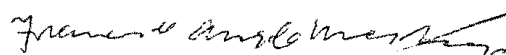
Não foi formulada qualquer questão que envolva informações de caráter sigiloso, de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 2001. Portanto, o Requerimento nº 205, de 2010, enquadra-se no dispositivo acima citado, bem como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

## III – VOTO

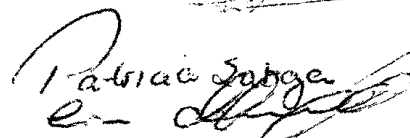
Pelas razões acima expostas, opinamos pela admissibilidade do Requerimento nº 205, de 2010, e pelo seu encaminhamento à autoridade competente.

Sala de Reuniões 8 de abril de 2010.

  
, Presidente

  
, Relator



  
Patrícia Jorge